

# LEMBRANÇA A MELO ANTUNES

JOSE CARDOSO PIRES

Dê-me licença, Senhor Ministro, que lhe ponha uma palavra pessoal no muito de colectivo que faz as suas preocupações. Tomo essa liberdade porque estamos em momento de presença da pátria angolana e porque, acima de ministro, o cidadão Melo Antunes é um democrata com passado e um português de experiência íntima dessa nova nação. Dois créditos inestimáveis na circunstância que vivemos, tão dominada por arrivismos e corrupções ideológicas e tão colonizada por conservantismos em relação à pátria de Agostinho Neto.

Por isso lhe escrevo. A propósito, naturalmente, de Angola — mas para lhe lembrar Senhor Ministro, um homem e uma voz que estão para sempre nela e vieram de nós, portugueses. Refiro-me a Castro Soromenho.

Não creio necessário, já se vê, sublinhar o significado deste nome nas duas culturas, nem ir ao lugar comum de que é com traços de união como estes que se garantem alianças e se lhes dá futuro. Mas parece-me indispensável, oportuno e urgente que, ao menos uma vez, pensemos em Castro Soromenho, romancista que viveu a pátria, sofreu exílios e morreu pobre e vertical.

No Brasil, onde acabou os dias, deixou a mulher e três filhos. Lá estão, em vida difícil e hoje mais injusta do que no tempo em que ao ódio dos comendadores lhes respondia a solidariedade dos democratas exilados. Agora os exilados são outros, os comendadores, os mesmos e — crueldade maior — mesma parece ser ainda a atitude política dos representantes oficiais da nossa Democracia em relação à cultura e às vítimas do fascismo.

Melhor do que eu, conhece o Senhor Ministro as rotinas oportunistas em uso nas sucursais diplomáticas de Portugal e o quase nada que foi feito, desde os tempos do general Spínola, para se lhes moderar os vícios e as intenções. A mim chegam-me, ou chegaram-me, notícias de Londres e de Caracas, do Canadá ou de consulados pela França — e, através delas, apercebo-me do imobilismo e da resistência latentes nesses

departamentos e embaixadas. Falar disto em, como se diz, maré de dessaneamento, bem sei, é aleatório, coisa disciplicente. E se, por exemplo, um consulado português, como o que temos em S. Paulo, alcança, no seu melhor esforço, socorrer a viúva de um escritor com uma oferta de lugar de telefonista em «part-time», então das duas uma: ou há que reforçar a verba do consulado ou que mandar o consul a um curso de reeducação de adultos. Acelerado, se possível.

Não sei se na «ficha de inscrição», a viúva de Castro Soromenho declarou o grau de cultura geral (que efectivamente possui), o seu conhecimento prático de línguas ou, até, a experiência de trabalho adquirida durante anos numa embaixada estrangeira em Lisboa. Que tenha a seu cargo o sustento e a educação de três filhos, adiante: é pormenor curricular que não comove. Que tivesse participado, como companheira, da obra e da resistência do marido — enfim, de acordo: mas as heranças morais são subjectivas e os consulados orientam-se pela verdade fria dos registos e dos carimbos. Por consequência, despache-se concedendo à pretendente um «part-time» de PBX, assine-se e faça-se saber. Consulado de Portugal em São Paulo, tantos de tal.

Não quero, ao fazer a notícia pública deste lamentável acontecimento, aumentar, Senhor Ministro, a humilhação que ele representa para a memória de Carlos Soromenho. Nem creio que ele seja um caso pessoal e só por isso destituído de comunicação aberta, em voz alta. De maneira nenhuma. Se bem o facto aberto, em voz alta. De maneira nenhuma. Se bem interpreto o facto vejo nele, acima de tudo, um perigoso reflexo da irresponsabilidade política e cultural que em certo momento e em certo país estrangeiro contraria os objectivos e ensombra a imagem da nossa Democracia.

É por isso que, para a formação cultural e para o empenhamento democrático do ministro Melo Antunes, esta lembrança não será tomada, estou certo, como um desabafo sem significado.